



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO 7º (SÉTIMO) PERÍODO  
LEGISLATIVO DA 21ª (VIGÉSIMA  
PRIMEIRA) LEGISLATURA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, ESTADO  
DO PARÁ, REALIZADA NO DIA 02  
(DOIS) DE MARÇO DE 2020 (DOIS MIL  
E VINTE).

Aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2020 (dois mil e vinte), às 19:15 horas no Prédio da Câmara Municipal, Palácio Vereador Eduardo Corrêa, sito à Rua Rui Barbosa, nº 401, bairro de Cidade Alta, sob a direção da Senhora Presidente **Franceane Jardina de Vasconcelos**, que após verificar e constatar haver o número legal de vereadores, declarou aberta a Sessão pedindo à Deus inspiração para que possam fazer o correto e o justo pelo Município de Monte Alegre. Essa Sessão foi secretariada pelos vereadores: **Madson Francisco da Cruz Pereira**, Primeiro Secretário, e **Valdomiro da Silva Pinto**, Segundo Secretário. Estiveram presentes os vereadores: **1)** Aldenor Sales Coutinho; **2)** Alex Diego Gama da Costa; **3)** Jair Alves de Oliveira; **4)** Jean Carlos Silva Vasconcelos; **5)** João Batista Lopes de Oliveira; **6)** João Tomé Filho; **7)** Jorge Luiz de Andrade Tavares; **8)** Lúcia Maria dos Santos Braga; **9)** Marinete Macêdo; **10)** Rover Kemmer Xavier e Silva; **11)** Leonardo Albarado Cordeiro; **12)** Givanildo Pereira da Silva.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

Continuando, a Senhora Presidente pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura da ata da Sessão anterior, que após ser lida e discutida foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**. Prosseguindo, a Senhora Presidente pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos expedientes: **1** - Ofício nº 010/2020 do STTR; **2** - Requerimento de Rodrigo Gomes de Souza; **3** - Requerimento de Rizonilson de Freitas Barros. Não havendo mais expedientes a serem lidos, a Senhora Presidente passou para a primeira parte da ordem do dia convidando os Vereadores a se pronunciarem. Pronunciou-se o Vereador **Jean Vasconcelos**, saudou a todos os presentes, e apresentou o Parecer nº 002/2020 da Comissão de Constituição e Justiça-CCJ, sobre o Projeto de Lei 03/2020, de origem do Executivo, que dispõe sobre a "CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA COSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 83 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO", sendo o Parecer contrário ao Projeto de Lei. Apresentou a manifestação de voto da comissão onde o Presidente da Comissão, Vereador Aldenor Coutinho, acompanhou o voto do Relator e o membro da Comissão, Vereador Gil Silva, declinou da assinatura. Pronunciou-se o Vereador **Alex Cupuzinho**, saudou a todos os presentes, agradecendo ao Secretário de Governo Henderson Pinto pela visita que fez ao Município no ano de 2019, onde autorizou a execução de várias obras e que essas obras estão sendo executadas. Reiterou o requerimento feito no ano de 2017, onde solicitou a conclusão da obra da



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

UBS da comunidade do Piracaba. Reitou o requerimento solicitando a troca de 09 (nove) postes na comunidade de Baixão e que seja, o requerimento, enviado ao Ministério Público. Lembrou do assalto que aconteceu no Banco do Brasil e que não se sabe de nada até hoje e pede que a Câmara possa estar cobrando do Banco, esclarecimentos sobre o ocorrido. Pronunciou-se o Vereador **Leonardo Albarado**, saudou a todos os presentes, e reiterou a matéria que já tinha sido apresentada no ano de 2017, 2018 e 2019, requerendo a conclusão do asfaltamento das seguintes ruas: no bairro Curaxi I: José Pereira Braga, Nini Cavalcante, Nagib Melém,, Frei Othomar, 25 de Dezembro, 1º de Maio, Passagem do Campinho, General Gurjão, Tv. Curaxi; no bairro Curaxi II: 17 de Outubro, Raimundo Uchoa de Carvalho, Irmãs Pantoja, Pedro Sampaio. Disse que tem vereador que está detonando o trabalho dos colegas e isso é nojento. Destacou a indignação com o Projeto de Lei do Deputado Federal Randolfe Rodrigues que se transformou na Lei nº 13.869, sobre Abuso de Autoridade, que prejudica o trabalho dos militares. Destacou que os militares vivem massacrados, não sendo bem atendidos em suas reivindicações, pelos Governos. Disse que até o momento o Governador Helder Barbalho ainda não cumpriu o que acordou com a categoria. Pronunciou-se o Vereador **Vavá Pinto**, saudou a todos os presentes, apresentou a Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Lopes Pimentel, morador da Comunidade do Centro Grande. Lembrou e lamentou o ocorrido com o barco que afundou no Rio Amazonas, onde várias vidas



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

foram perdidas, inclusive a de um amigo e servidor da Prefeitura de Monte Alegre. Destacou que esta Casa paga contador e advogado para que as coisas sejam feitas dentro do que define a lei. Lembrou que dia 03 de março acontecerá a licitação para a reforma da Maternidade de Monte Alegre e se sente feliz porque é recurso que sobrou aqui na Câmara. Disse se sentir triste pelas brigas que acontecem entre colegas, mas que a população está informada de tudo o que está acontecendo no Município. Disse que reiterou vários requerimentos para mostrar para a comunidade que o vereador está sempre cobrando. Disse que é preciso união para transformar o Município no produtor que era antes. Solicitou que os vereadores permaneçam firmes e continuem lutando pela população, de mãos dadas. Pronunciou-se o Vereador **João Tomé**, saudou a todos os presentes, destacando que o vereador passa os trinta dias do mês a serviço da população. Lamentou o que se diz dos vereadores e recomendou aos que acusam os vereadores de enriquecimento ilícito, que se candidatem, ganhem as eleições e enriqueçam com o salário de vereador. Disse se sentir com o dever cumprido e com a consciência tranquila em relação a condução do seu mandato. Destacou grande preocupação com o Decretos 501 e o Decreto 502, do Governo do Estado, que coloca em situação complicada todos os produtores rurais de Monte Alegre, destacando que somos um Município totalmente agrícola e como nossa agricultura é tradicional, os nossos produtores estarão em crime ambiental. Disse que é preciso união para tentar resolver esse problema



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

ou pelo menos amenizar. Disse que Governo do Estado vai contratar muitos agentes para fazer fiscalização e se isso acontecer, a produção de limão e de gado não sairão do Município. Pediu dispensa das comissões ao Projeto de Emenda a Lei Orgânica 01/2020, sendo assinada, o pedido, por doze vereadores e que o projeto seja votado ainda nessa Sessão. Não havendo mais vereadores a se pronunciarem, a Senhora Presidente saudou os presentes, e disse que recebeu dois requerimentos em que, um pedindo o afastamento da Presidente por enriquecimento ilícito, mas disse que a Casa tem uma Resolução que define valores a ser pagos aos vereadores e que não está sendo feito o pagamento do teto definido na resolução, e o outro requerimento pedido o afastamento dos demais vereadores. Continuando, a Senhora Presidente questionou se a Casa aceita ou não as duas denúncias. Os requerimentos foram **REJEITADOS POR UNANIMIDADE** e posteriormente arquivados. Colocou-se em discussão e votação o requerimento do Vereador Alex Cupuzinho, em que solicitou a conclusão da obra da UBS do Piracaba. O requerimento foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Prosseguindo, a Senhora Presidente disse que o requerimento do Vereador Leonardo Albarado será reiterado. Colocou-se em discussão e votação a Moção de Pesar, do Vereador Vavá Pinto, pelo falecimento do senhor Raimundo Lopes Pimentel. A Moção de Pesar foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Colocou-se em discussão e votação o Parecer 02/2020, da CCJ, contrário ao Projeto de Lei nº 03/2020. Com a palavra Vereador **João Tomé**, destacou



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

que o projeto de lei veio por uma exigência do Ministério Público, haja vista ser preciso fazer contratações para substituição de pessoas que tiram licenças, e nesse caso o Município está regulamentando essa lei para legitimar as contratações, e não se pode rejeitar uma lei dessa maneira, e portanto vota contra o relatório. Com a palavra, Vereador **Jean Vasconcelos** destacou que estudou bastante para elaborar o parecer que está posto. Pediu que o relatório seja publicado no site da Câmara e que seja encaminhado ao Ministério Público, porque tem ciência que está dentro da legalidade. Disse que tem feito um trabalho com dedicação e afirma, nos termos que estão postos, está correto, mas sabe que o relatório será derrubado. Salientou que cresceu na administração pública não por barganha mas pelo conhecimento adquirido e pela defesa do que é constitucional e legal, e solicitou que os vereadores da base deixem as comissões trabalharem. Com a palavra Vereador **Madson Pereira** disse que o PSS foi para regulamentar uma exigência do Tribunal de Contas. Disse que o Estado realiza processos seletivos e que as maiorias das prefeituras do Estado também estão realizando o PSS. Disse que o processo seletivo vai tirar do Gestor Municipal o poder de indicação, não tendo interferência política. Destacou que além do PSS tem o fator da terceirização que esta aí, sendo favorável a aprovação da lei. Com a palavra Vereador **Aldenor Coutinho** saudou a todos e disse que o Governo está indo de encontro a Lei de Responsabilidade, não tendo recursos para os investimentos



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

necessários, podendo causar problemas para o próprio Gestor. O Parecer foi **REJEITADO POR MAIORIA DE VOTOS**, votando contra: Marinete Macêdo, João Tomé, Lúcia Braga, Jorge Luiz de Andrade Tavares, Gil Silva, Vavá Pinto, Madson Pereira, Alex Cupuzinho, Jair Paraná, Kemmer Xavier. Colocou-se em primeira discussão o Projeto de Lei 03/2020, do Executivo. Com a palavra o Vereador **Jean Vasconcelos** questionou a base do Governo sobre quantas contratações serão realizadas; quais as funções de excepcional interesse público; qual o valor que essa lei impacta na folha do Município, destacando que essas questões a Lei não responde, e se os vereadores tem essas respostas. Com a palavra Vereador **João Tomé** disse que não estar se falando em contratação e sim em Processo Seletivo, e não tem como saber quem e quantas pessoas irão tirar licença. Disse que o Município recebeu da administração passada mais de setenta e três por cento de despesa com folha e com isso o Governo teve de reduzir o número de secretarias e demitir todos os contratados. Disse que os gastos com pessoal são de 69% e que a Gestão tem feito um esforço muito grande para sair do Crime de Responsabilidade Fiscal, e que a forma de melhorar essa condição é aumentar a arrecadação para evitar ter de demitir servidores. Destacou que algumas contratações são feitas para suprir algumas necessidades urgentes. Salientou que os vereadores não são irresponsáveis e nem estão dando um cheque em branco para o Prefeito, e sim obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a palavra Vereador **Aldenor Coutinho** disse que está a anos na vida



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

pública e a cartilha é a mesma, se demiti no início do mandato e se contrata no final do mandato, e acha que a discussão não vai levar a lugar nenhum. Com a parte Vereador **Jean Vasconcelos** pediu que fosse lida a Ementa, e ratificou que haverá contratação de servidor sim. Questionou se o setor de saúde não precisa de investimento. Disse que a questão não é contratação de pessoal, e sim o que aponta o relatório, para a questão de excepcionalidade, porque a lei assim define. Disse que o que se discute no parecer é a legalidade do projeto. Salientou que o projeto não fez referência a quantos e quem serão contratados. Disse que a situação é evidente de inconstitucionalidade, havendo necessidade de um modelo de gestão que dê conta de perseguir o controle fiscal, mas sabe que no voto a questão será superada, salientando que, em nenhum momento fez acusações de que o Governo é corrupto, está tudo gravado. Com a palavra Vereador **Aldenor Coutinho** solicitou que a Sessão fosse encerrada por ter encerrado o tempo regimental, e que a discussão deveria continuar na próxima Sessão, se retirando do Plenário. Com a palavra Vereador **Madson Pereira** salientou que o objetivo do projeto é tirar da indicação política e passar para a questão do mérito ser o critério de avaliação, sendo a favor do Processo Seletivo, e acredita que o Projeto será aprovado. Continuando, a Senhora Presidente disse que em reunião no Tribunal de Contas, foi dito que as prefeituras respondem no Tribunal por conta da elaboração das leis que entram de encontro com as leis federais, e disse que fica preocupada da





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

forma como as leis são enviadas para a Câmara de Vereadores. Disse que é importante ser feito um estudo de impacto na folha dentre outras questões, e sugeriu que o Governo tenha mais atenção na elaboração das leis e que tenhamos clareza dos nossos atos. O Projeto de Lei nº 03/2020 foi **APROVADO POR MAIORIA DE VOTOS**, em primeira votação, votando contra o Vereador Jean Vasconcelos. Colocou-se em segunda discussão o PL nº 021/2019, de autoria da Vereadora Lúcia Braga, que Cria a Medalha Zumbi dos Palmares no Âmbito do Município de Monte Alegre do Estado do Pará e regulamenta sua concessão. O PL nº 021/2019 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**, em segunda votação, tornando-se a Lei nº 5.246/2020. Continuando, a Senhora Presidente disse que o Projeto de Emenda a Lei Orgânica está na Comissão de Constituição e Justiça e pediu que a Comissão pudesse estar esclarecendo sobre o Projeto. Vereador **Jean Vasconcelos** esclareceu que não teve condição de apresentar dois relatórios dessa envergadura, e em conversa com o Vereador Leonardo Albarado foi dito que a prioridade é o PL 03/2020, salientando que ainda tem projetos que chegaram com antecedência. Com a palavra Vereador **Vavá Pinto** parabenizou o Vereador Jean Vasconcelos pelo trabalho realizado, e disse que a Mesa tem desrespeitado a decisão da maioria. Prosseguindo, a Senhora Presidente pediu que alguém da Base do Governo pudesse estar justificando o pedido de dispensa das comissões. Com a palavra Vereador **Madson Pereira** disse que o pedido de dispensa foi feito e assinado por doze vereadores e não ver complexidade em fazer a dispensa das



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**  
**Estado do Pará**  
**Biênio 2019 – 2020**

comissões, dizendo que o que está estabelecido na Lei Orgânica é inconstitucional e portanto precisando ser modificado. Os Vereadores Vavá Pinto, João Tomé, Gil Silva, Jorge Luiz de Andrade Tavares, Kemmer Xavier, Jair Paraná, Marinete Macêdo, Lúcia Braga, se retiraram da Sessão. Continuando, a Senhora Presidente declarou a Sessão encerrada por falta de quórum. Lavrou-se, em seguida, a presente ata que após ser lida, discutida e aprovada vai por mim **Madson Francisco da Cruz Pereira**, Primeiro Secretário, assinada, bem como pela Senhora Presidente **Franceane Jardina de Vasconcelos** e pelo Segundo Secretário, o Vereador **Valdomiro da Silva Pinto**. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Monte Alegre, aos 02 (dois) dias do mês de março do ano de 2020 (dois mil e vinte).